

A avaliação dos professores da Universidade do Algarve

> Duarte Trigueiros*

A avaliação de professores está finalmente a chegar à Universidade do Algarve. O desempenho dos docentes será medido entre 2008 e 2009 de forma simplificada e a partir de 2010 já em regime normal.

A lei prevê que cada instituição de ensino superior escolha a forma de avaliar os seus docentes. Na Madeira, por exemplo, os avaliadores virão de fora. Já no Algarve a proposta é que sejam da casa. As ponderações dadas a cada vertente do trabalho também variam de lugar para lugar, bem como as condições que é preciso reunir para ter acesso a uma progressão salarial. O que num sítio garante a progressão, não o garante em outros; e o que é valorizado num lugar (a colaboração com outras universidades, por exemplo) é desvalorizado noutros. A este relativismo vem juntar-se o carácter já de si subjectivo da avaliação: o que para um avaliador é positivo (publicar numa certa revista, por exemplo) pode já não o ser para outro.

Com esta medida aparentemente liberal, o ministro Mariano Gago vê-se livre da contestação directa enquanto abandona as instituições mais periféricas às suas próprias vulnerabilidades. Os sindicatos

têm contestado esta falta de uniformidade nos critérios para progressão salarial, ao mesmo tempo que tentam acompanhar as dezenas de regulamentos de avaliação que vão surgindo pelo país.

No Algarve, um articulado que tem levantado apreensões é o do sigilo: não vai ser possível a um docente saber, nem mesmo por alto, qual foi a avaliação que os seus colegas mereceram ou o lugar em que cada um ficou. O secretismo não faz parte das tradições académicas. As notas dadas por um professor são sempre tornadas públicas: cada aluno fica a saber, não apenas a suas, mas a dos outros. E em concursos para progressão na carreira, os oponentes são informados das classificações, suas e dos outros, e recebem cópia da fundamentação emitida pelo júri.

É evidente que o sigilo não augura nada de bom quanto à imparcialidade com que os docentes da Universidade do Algarve irão ser avaliados. Num ambiente de secretismo, as mais gritantes injustiças

tornam-se inócuas pois deixa de se poder comparar a "verdade" do avaliador com o sentido comum da comunidade académica. Passa a ser fácil tratar uns duma forma e outros doutra. Aliás, o que é a imparcialidade sem a justa comparação? O próprio conceito cai no subjectivismo.

O sigilo é também uma arma de dois gumes: abre as portas a suspeições sobre a conduta do avaliador. A tarefa de avaliar ganha um cheiro a coisa escondida, combinada de antemão; e passa a ser fonte de mal-entendidos, mesmo para quem a exerça com justiça. Qualquer pessoa que já deu notas sabe que a opacidade só lhe traz dissabores.

Outro problema que preocupa os sindicatos é o facto de não estar prevista no Algarve o recurso à avaliação externa. Em cada área, os professores que já se encontram no topo da carreira são chamados a avaliar os seus colegas. Na grande maioria dos casos, só existe um professor no topo, o qual adquire um poder enorme. Usando a expressão de

um sindicalista, vamos passar a ver docentes a acompanharem o "chefe" pelos corredores da universidade, carregando deferentemente a sua pasta. E vamos também ver, ainda mais do que agora, o nome do "chefe" em trabalhos científicos de outros.

Acresce que vão ser os directores de cada unidade orgânica e os respectivos conselhos científicos a dirigir todo o procedimento. Em unidades pequenas, a tendência para o feudo (a concentração do todo o poder no director), sairá reforçada. Em vez de docentes livres e responsáveis, focados no seu trabalho, vamos ter validos, homens de mão, testas de ferro; vamos ter mais linchamentos de dissidentes, junto com a proliferação de jovens turcos e carreiristas. Enfim, a tipologia dos ambientes palacianos.

Não é exagero. Repare-se no efeito que pode ter o secretismo e a ausência de avaliação externa, quando conjugado com o carácter já demasiado subjectivo da avaliação e com as duras consequências

que advêm de uma avaliação pouco favorável. É o poder absoluto e a total impunidade do avaliador. O resultado, especialmente nessas tais unidades pequenas onde o conselho científico só faz o que o director lhe manda, vai ser um ambiente servil, resignado e hipócrita, digno da corte do Rei Sol.

As leis e os regulamentos foram feitos para obstar ao mau uso do poder. Se as pessoas fossem umas santas, não eram precisas leis. Quando um regulamento parte do princípio de que todos vão ser santos, torna-se inútil e um incitamento a esse mau uso. A nossa região precisa de uma Universidade que enobreça as pessoas, não que as amesquinhem; uma Universidade onde as gerações jovens recebam exemplos de valentia intelectual, não de subserviência. Precisa portanto de estruturas funcionais, de procedimentos e de regulamentos capazes de reconhecer e dificultar os abusos.

* Professor catedrático

A nossa região precisa de uma Universidade que enobreça as pessoas, não que as amesquinhem; uma Universidade onde as gerações jovens recebam exemplos de valentia intelectual, não de subserviência